

CPI da Íris apura modelo de pagamento por escaneamento

Comissão da Câmara de São Paulo cobra explicações e prevê relatório em abril

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara Municipal de São Paulo para apurar o projeto de escaneamento de íris na capital paulista aprovou, nesta terça-feira (3), dois novos requerimentos no âmbito das investigações. A chamada CPI da Íris concentra apurações sobre a coleta de dados biométricos realizada por empresa responsável pelo projeto World ID na cidade.

No início da reunião, os integrantes informaram que o relatório final com as conclusões dos trabalhos deverá ser apresentado no dia 7 de abril. O documento deve consolidar as análises feitas ao longo das oitivas, além de recomendações.

Solicitação de esclarecimentos

Um dos requerimentos aprovados prevê o envio de ofício à empresa Tools for Humanity, responsável pelo desenvolvimento do projeto World ID. A CPI solicita que um representante da companhia esclareça qual era o modelo de remuneração adotado para os operadores encarregados de realizar o escaneamento da íris de moradores da capital.

De acordo com os parlamentares, a medida foi tomada após a reavaliação dos depoimentos colhidos durante as reuniões da CPI. A comissão busca detalhar se os profissionais recebiam apenas valor fixo ou se havia pagamento variável vinculado ao número de pessoas cadastradas para fazer o escaneamento.



Relatório final, com conclusões dos trabalhos, deverá ser apresentado no dia 7 de abril

Análise sobre remuneração

Segundo a presidência da comissão, os relatos indicam que, além de uma quantia fixa, poderia haver compensação proporcional ao total de cidadãos que aceitassem participar do procedimento. A Comissão pretende esclarecer se esse modelo de pagamento tinha como objetivo estimular a ampliação da base de dados biométricos colhida.

Para os vereadores, a empresa deve explicar a finalidade do pagamento por desempenho, caso confirmada essa prática. A comissão

questiona se o foco do projeto estava restrito à criação de um sistema de verificação de identidade ou se havia outros interesses relacionados à expansão do cadastro criado.

Debate sobre privacidade

Outro requerimento aprovado trata da coleta de informações técnicas sobre possíveis impactos à privacidade dos participantes.

A iniciativa foi elaborada após diálogo com a assessoria de parlamentar que acompanha os trabalhos e sugeriu a oitiva de especialista para tratar dos aspectos

de proteção dos dados pessoais e dos direitos individuais.

Durante a reunião, integrantes da CPI afirmaram que a investigação tem como prioridade a defesa do consumidor. Segundo os vereadores, há indícios de que nem todos os participantes teriam recebido informações claras e completas sobre o funcionamento do projeto, o destino dos dados coletados e as condições de adesão ao projeto.

Também foi mencionado que parte do público alcançado pela iniciativa poderia estar em situação de vulnerabilidade social, o que, na

avaliação dos parlamentares, exigiria cuidado adicional quanto à transparência e ao consentimento.

Expansão do projeto

A comissão ainda debateu a oferta de criptomoedas como contrapartida para quem aceitasse realizar o escaneamento da íris. Parlamentares manifestaram preocupação quanto à possibilidade de que o incentivo financeiro tenha influenciado a decisão dos participantes.

Além disso, foram citadas informações de que o valor do produto em desenvolvimento poderia variar de acordo com o número de registros realizados. A CPI também apontou que há menções a planos de comercialização futura do sistema tanto para o setor público quanto para a iniciativa privada.

Participação na reunião

A reunião da Comissão nesta terça-feira (3) contou com a presença de vários parlamentares, como a presidente da comissão, a vereadora Janaina Paschoal (PP), e dos vereadores Silvão Leite (UNIÃO), João Ananias (PT), Ely Teruel (MDB), Sansão Pereira (REPUBLICANOS) e Gilberto Nascimento (PL).

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito seguem até a apresentação do relatório final, que está previsto para o mês de abril, quando deverão ser detalhadas as conclusões sobre a coleta de dados biométricos e o modelo de atuação do projeto na capital paulista.

MP investiga contratos na Secretaria de Turismo de SP

Fernando Frazão/Agência Brasil

O Ministério Público de São Paulo instaurou inquérito para apurar suspeitas de favorecimento e possível sociedade oculta envolvendo ex-integrantes da Secretaria Municipal de Turismo e da São Paulo Turismo, a SPTuris. A investigação também foi encaminhada à Polícia Civil para análise de eventuais crimes contra a administração pública.

A apuração envolve a empresa MM Quarter Produções, que firmou contratos com a SPTuris que, somados, ultrapassam R\$ 239 milhões desde 2022. A empresa está registrada em nome de Nathalia Carolina de Souza Silva, mas documentos identificados pela Controladoria Geral do Município indicam a existência de procurações concedendo poderes de gestão a Rodolfo Marinho, ex-secretário-adjunto de Turismo, e a Victor Correa de Moraes. Segundo o órgão de controle, os documentos levantam indícios de possível sociedade não declarada.



Prefeito Ricardo Nunes determinou apuração interna

O inquérito também inclui a Associação de Bem-Estar, Esporte e Cultura (ASA), presidida por Marcelo Correa de Moraes, que presta serviços à MM Quar-

ter. Ele é irmão de Victor Moraes, citado na investigação.

As suspeitas envolvem contratos para fornecimento de serviços em eventos da prefeitura, como guias bilíngues e distribuição de água. Há questionamentos sobre eventual superfaturamento.

Podcasts ocupam teatros de São Paulo

A realização de podcasts ao vivo em teatros tem ganhado espaço na programação cultural da capital paulista e se consolidado como uma nova frente de ocupação desses equipamentos. Impulsionado pelo avanço do consumo de áudio digital e pela demanda do público por experiências presenciais, o formato transforma a escuta individual em encontro coletivo e amplia a função dos palcos para além das montagens tradicionais. Um dos espaços que passaram a investir nesse modelo é o Teatro Moise Safra, que recentemente recebeu gravações especiais de produções consolidadas no ambiente digital, como Mamilos e NerdCast. Ambos figuram entre os mais ouvidos do país e atraem milhões de ouvintes por mês. A iniciativa reforça o posicionamento do teatro como um dos polos dessa nova dinâmica cultural.

A programação recente con-

firma a tendência. No dia 2 de março, o Podcast Levante realizou gravação presencial no local, ampliando a diversidade de conteúdos apresentados ao público. Outros exemplos incluem a adaptação para o palco do É Nôia Minha?, apresentado por Camila Fremder, com ingressos esgotados em poucas horas, além do projeto Mulheres de Arena, sobre a tradição do Teatro de Arena.

Segundo o Diretor Artístico Alberto Naar, a proposta é retomar o teatro como espaço de debate e reflexão. "O espaço físico do teatro sempre foi o lugar da humanidade para discutir a si mesma e refletir sobre a sociedade. Ao longo das últimas décadas, parte dessa discussão migrou para a internet. Muitas vozes que antes ocupavam o palco hoje são podcasters. Estamos buscando esses criadores para trazê-los de volta ao teatro", afirma o Diretor.